

A COLETA E A PRESERVAÇÃO DE PROVAS DIGITAIS NO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

THE COLLECTION AND PRESERVATION OF DIGITAL EVIDENCE IN THE
MILITARY POLICE INQUIRY

LA RECOGIDA Y CONSERVACIÓN DE PRUEBAS DIGITALES EN LA
INVESTIGACIÓN POLICIAL MILITAR

Isac Rodrigues Ferreira¹, Fernando Navarro Vince²

DOI: 10.54899/dcs.v23i92.6128

Recibido: 10/06/2026 | Aceptado: 03/07/2026 | Publicación en línea: 11/07/2026.

RESUMO

A coleta e a preservação de provas digitais no Inquérito Policial Militar envolvem práticas e procedimentos técnicos voltados para garantir a integridade e autenticidade das informações obtidas em ambientes digitais. Nesse contexto, aspectos como a análise de metadados, protocolos específicos para a extração segura e ferramentas avançadas de captura de dados são essenciais para evitar a contaminação ou alteração das evidências. Além disso, a cadeia de custódia desempenha papel fundamental ao documentar e assegurar que a prova digital seja rastreável e confiável ao longo de todo o processo investigativo. A utilização de plataformas como o Site Verifact auxilia na verificação e na validação das informações digitais, reforçando a credibilidade dos dados coletados. O objetivo deste estudo é analisar os desafios e as melhores práticas para a coleta e preservação de provas digitais no âmbito do Inquérito Policial Militar, destacando a importância de metodologias seguras e eficazes para embasar decisões jurídicas. Por meio de uma revisão bibliográfica, buscou-se identificar ferramentas, protocolos e estratégias relevantes para a área, resultando na conclusão de que a integração de tecnologias e práticas adequadas é indispensável para a eficácia da investigação digital.

Palavras-chave: Provas Digitais. Preservação. Cadeia. Custódia.

ABSTRACT

The collection and preservation of digital evidence in Military Police Inquiries involves technical practices and procedures aimed at ensuring the integrity and authenticity of information obtained in digital environments. In this context, aspects such as metadata analysis, specific protocols for secure extraction, and advanced data capture tools are essential to prevent contamination or alteration of evidence. Furthermore, the chain of custody plays a fundamental role in documenting and ensuring that digital evidence is traceable and reliable throughout the entire investigative process. The use of platforms such as Site Verifact assists in verifying and validating digital information, reinforcing the credibility of the collected data. The objective of this study is to analyze the challenges and best practices for the collection and preservation of

¹ Mestrando em Direito, Faculdades Londrina, Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: isacrr.ferreira@icloud.com

² Doutor em Direito, Faculdades Londrina, Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: fernandonavarrovince@gmail.com

digital evidence within the scope of Military Police Inquiries, highlighting the importance of secure and effective methodologies to support legal decisions. Through a literature review, we sought to identify relevant tools, protocols, and strategies for the area, concluding that the integration of appropriate technologies and practices is indispensable for the effectiveness of digital investigations.

Keywords: Digital Evidence. Preservation. Chain. Custody.

RESUMEN

La recogida y conservación de pruebas digitales en la investigación policial militar implican prácticas y procedimientos técnicos destinados a garantizar la integridad y autenticidad de la información obtenida en entornos digitales. En este contexto, aspectos como el análisis de metadatos, los protocolos específicos para la extracción segura y las herramientas avanzadas de captura de datos son esenciales para evitar la contaminación o la alteración de las pruebas. Además, la cadena de custodia desempeña un papel fundamental a la hora de documentar y garantizar que las pruebas digitales sean trazables y fiables a lo largo de todo el proceso de investigación. El uso de plataformas como el sitio web Verifact ayuda a verificar y validar la información digital, reforzando la credibilidad de los datos recopilados. El objetivo de este estudio es analizar los retos y las mejores prácticas para la recogida y conservación de pruebas digitales en el ámbito de la investigación policial militar, destacando la importancia de metodologías seguras y eficaces para fundamentar las decisiones jurídicas. Mediante una revisión bibliográfica, se ha tratado de identificar herramientas, protocolos y estrategias relevantes para este ámbito, lo que ha llevado a la conclusión de que la integración de tecnologías y prácticas adecuadas es indispensable para la eficacia de la investigación digital.

Palabras clave: Pruebas Digitales. Conservación. Cadena de Custodia.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A coleta e a preservação de provas digitais no Inquérito Policial Militar exigem abordagens técnicas rigorosas, fundamentadas na precisão e na integridade das informações obtidas. Com o aumento da dependência de tecnologias digitais, as provas extraídas de dispositivos eletrônicos, sistemas de comunicação e plataformas digitais tornaram-se fundamentais para a elucidação de casos envolvendo militares. Esse processo inclui a identificação de fontes de evidências, a extração de dados de maneira segura e a aplicação de métodos que assegurem a confiabilidade das informações coletadas. As etapas iniciais da coleta envolvem a preservação imediata dos dispositivos, evitando qualquer manipulação que possa

comprometer os dados armazenados.

Os metadados desempenham um papel crucial nesse cenário, uma vez que fornecem informações essenciais sobre a origem, o histórico e a autenticidade das provas digitais. A análise desses dados permite identificar aspectos como data, horário e local de criação de arquivos, bem como alterações realizadas. No contexto do Inquérito Policial Militar, os metadados ajudam a reconstruir eventos, estabelecer vínculos entre suspeitos e corroborar relatos. Para isso, é imprescindível que a coleta desses dados seja realizada por profissionais treinados, utilizando ferramentas e tecnologias especializadas que minimizem o risco de perda ou corrupção das evidências.

Os protocolos e procedimentos para a coleta segura das provas digitais são estruturados para garantir que as evidências sejam obtidas sem comprometer sua integridade. Esses protocolos incluem medidas como o isolamento dos dispositivos, a clonagem de discos rígidos e a captura de informações de redes. A aplicação dessas práticas assegura que as provas sejam preservadas em sua forma original, evitando qualquer alegação de contaminação ou adulteração. No âmbito militar, a observância estrita a esses procedimentos é ainda mais relevante, devido ao impacto que as provas digitais podem ter em questões de hierarquia, disciplina e segurança institucional.

A preservação da integridade e autenticidade das provas digitais é outro aspecto essencial no Inquérito Policial Militar. Para que uma prova seja admissível em processos judiciais ou disciplinares, ela deve manter sua originalidade desde a coleta até sua apresentação. A cadeia de custódia, nesse sentido, assegura o rastreamento de cada interação com a evidência, registrando quem teve acesso, quando e sob quais circunstâncias. Além disso, plataformas tecnológicas como o Site Verifact auxiliam na verificação das informações digitais, contribuindo para a confiabilidade e validade dos dados apresentados durante o inquérito.

A integração de ferramentas avançadas e procedimentos padronizados reflete a crescente complexidade das investigações envolvendo provas digitais no contexto militar. O uso de tecnologias modernas para a captura e análise de dados digitais permite ampliar a eficácia das investigações, mas também demanda constante atualização e capacitação dos profissionais envolvidos. Dessa forma, a coleta e a preservação de provas digitais no Inquérito Policial Militar não apenas asseguram a justiça e a transparência no âmbito castrense, mas também reforçam a necessidade de práticas éticas e técnicas aprimoradas para lidar com os desafios impostos pela era digital.

O crescimento exponencial da utilização de dispositivos eletrônicos e de meios digitais

de comunicação transformou significativamente a atividade investigativa, tornando as provas digitais elementos centrais na apuração de infrações penais militares. Entretanto, a volatilidade dessas informações impõe desafios específicos quanto à sua obtenção, preservação e utilização processual. Nesse contexto, torna-se imprescindível compreender como os procedimentos de coleta devem observar rigorosamente os princípios da cadeia de custódia, garantindo a autenticidade, a integridade e a confiabilidade das evidências produzidas.

Como questão norteadora do estudo, busca-se responder: "Quais os desafios e as melhores práticas para a coleta e a preservação de provas digitais no âmbito do Inquérito Policial Militar, considerando as especificidades desse contexto investigativo?".

O estudo se justifica pela crescente relevância das provas digitais em investigações policiais, especialmente no contexto militar, onde a preservação da hierarquia, disciplina e segurança institucional são fundamentais. O avanço tecnológico e a ampliação do uso de dispositivos digitais na sociedade moderna têm tornado frequente a necessidade de lidar com evidências extraídas de ambientes digitais, como arquivos, mensagens e registros eletrônicos. Nesse cenário, identificar métodos eficazes e éticos para coletar e preservar essas provas é essencial para assegurar que sejam válidas em processos disciplinares e judiciais.

Sob o aspecto jurídico, a produção da prova digital deve observar não apenas os dispositivos introduzidos pela Lei nº 13.964/2019, mas também os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da proteção à privacidade, previstos na Constituição Federal de 1988. Dessa forma, a atuação dos encarregados do Inquérito Policial Militar exige conhecimento técnico aliado ao domínio da legislação vigente.

O objetivo do estudo é analisar os principais desafios e identificar as melhores práticas relacionadas à coleta e preservação de provas digitais no Inquérito Policial Militar. A proposta busca destacar a importância de protocolos bem definidos, ferramentas tecnológicas apropriadas e procedimentos que garantam a integridade e autenticidade das evidências digitais. Pretende-se ainda evidenciar como essas práticas podem contribuir para a legitimidade e eficácia das investigações, fortalecendo a base probatória de casos militares e aprimorando a aplicação da justiça no âmbito castrense.

O estudo foi realizado utilizando-se uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica como principal método de investigação. As fontes de pesquisa foram selecionadas a partir de artigos científicos, publicações acadêmicas e documentos disponíveis em plataformas como Google Acadêmico e SciELO, priorizando textos publicados entre os anos de 2015 e 2024. Foram

utilizadas palavras-chave específicas, como "Provas", "Digitais", "Preservação", "Cadeia" e "Custódia", para delimitar e refinar a busca por conteúdo relevante. A análise se concentrou em identificar as práticas recomendadas e os desafios enfrentados na coleta e preservação de provas digitais, considerando o contexto único das investigações militares.

METADADOS

Os metadados desempenham um papel essencial na era digital, especialmente no contexto jurídico e investigativo. Eles consistem em dados estruturados que descrevem características e propriedades de arquivos digitais, como data de criação, autor, local e alterações realizadas. Essas informações auxiliam na organização e recuperação de dados, mas, acima de tudo, são fundamentais para garantir a integridade e autenticidade de provas digitais. No âmbito do Inquérito Policial Militar, os metadados são indispensáveis para reconstruir eventos, estabelecer conexões e validar informações que podem ser cruciais em investigações sensíveis e complexas.

De acordo com Martins, de Alcântara e Gallinaro (2018), os metadados, além de fornecerem informações contextuais sobre arquivos digitais, também são instrumentos que conferem eficiência e precisão às investigações. Segundo os autores, a virtualização do inquérito policial permitiu que os metadados fossem utilizados como ferramentas para a sistematização de dados, otimizando o acesso e a análise de informações críticas. Essa funcionalidade é especialmente relevante no contexto militar, onde os procedimentos precisam ser conduzidos com agilidade e precisão, sem comprometer a integridade das informações.

Segundo Eilberg (2021), os metadados desempenham um papel duplo: enquanto são indispensáveis na investigação criminal, também suscitam debates sobre privacidade e limites legais. Para a autora, o fluxo de dados digitais desafia a aplicação de normas processuais penais tradicionais, exigindo que os agentes envolvidos dominem tanto as tecnologias disponíveis quanto os princípios éticos e legais que regem o uso desses dados. No caso do Inquérito Policial Militar, a manipulação inadequada de metadados pode gerar questionamentos sobre a admissibilidade das provas, colocando em risco todo o processo investigativo.

Teixeira (2024) aborda outra dimensão relevante ao tratar da constitucionalidade da legislação sobre metadados. Segundo a autora, a regulação do uso de metadados enfrenta desafios legais significativos, especialmente quando envolve questões de acesso sem consentimento ou autorização judicial. No contexto militar, essa discussão é ainda mais sensível, pois as

investigações muitas vezes demandam o equilíbrio entre a necessidade de segurança nacional e o respeito aos direitos individuais. A ausência de clareza legislativa pode comprometer a legitimidade de provas digitais e dificultar sua utilização em processos judiciais.

Ainda de acordo com Martins, de Alcântara e Gallinaro (2018), a utilização de metadados no inquérito policial digital requer uma abordagem sistemática e criteriosa. Eles destacam que, embora os metadados representem uma evolução tecnológica e jurídica, sua eficácia depende da capacitação técnica dos profissionais envolvidos, bem como da padronização de procedimentos. Esses fatores garantem que os dados coletados e analisados mantenham sua integridade, permitindo que sejam utilizados como elementos confiáveis em investigações e julgamentos.

Os metadados, portanto, representam um avanço significativo para o contexto investigativo, sendo instrumentos fundamentais para assegurar a precisão e a confiabilidade das provas digitais. No entanto, seu uso exige cautela, regulamentação clara e capacitação dos agentes responsáveis. No Inquérito Policial Militar, os metadados têm o potencial de fortalecer a base probatória, contribuindo para a elucidação de casos e para a aplicação da justiça de forma eficiente e transparente.

No contexto do Inquérito Policial Militar, os metadados assumem relevância ainda maior por permitirem a reconstrução cronológica dos fatos investigados. Informações relativas à geolocalização, horários de criação, edição e compartilhamento de arquivos podem contribuir para confirmar ou afastar hipóteses investigativas, desde que obtidas mediante procedimentos técnicos adequados e em conformidade com a legislação vigente.

PROTOCOLOS E PROCEDIMENTOS PARA A COLETA SEGURA DAS PROVAS DIGITAIS

Os protocolos e procedimentos para a coleta segura de provas digitais são elementos cruciais para garantir a integridade, autenticidade e admissibilidade dessas evidências em processos judiciais e administrativos. No contexto do Inquérito Policial Militar, esses procedimentos desempenham um papel ainda mais relevante, considerando as particularidades das investigações nesse ambiente, onde a hierarquia e a disciplina são valores centrais. A coleta segura não apenas assegura que as provas sejam válidas, mas também protege os direitos das partes envolvidas e preserva a legitimidade do processo.

De acordo com Neto e Dos Santos (2020), a cadeia de custódia é um dos pilares centrais

na coleta de provas digitais, pois permite documentar e rastrear cada interação com a evidência desde o momento de sua apreensão até sua apresentação em juízo. Os autores ressaltam que a implementação de protocolos claros é essencial para evitar contaminação ou manipulação das provas digitais, garantindo que sua integridade seja preservada. Esses procedimentos devem ser seguidos rigorosamente para que as provas digitais não sejam questionadas quanto à sua validade.

Segundo Santos, Borges e Rodrigues (2021), a Lei 13.964/2019 introduziu no ordenamento jurídico brasileiro uma regulamentação detalhada sobre a cadeia de custódia de provas, incluindo as digitais. Os artigos 158-A a 158-F estabelecem os passos necessários para a identificação, coleta, preservação e análise dessas evidências. Os autores destacam que, no caso de provas digitais, é indispensável a utilização de ferramentas tecnológicas específicas para garantir que a coleta ocorra de forma segura e que todos os procedimentos sejam devidamente documentados, assegurando a confiabilidade da evidência.

Pastore e Da Fonseca (2022) apontam que a adoção de tecnologias inovadoras, como o blockchain, pode revolucionar a forma como a cadeia de custódia é gerida, especialmente no que se refere à coleta e preservação de provas digitais. Segundo os autores, o blockchain oferece uma solução eficaz para registrar cada etapa da interação com as evidências, criando um histórico imutável que pode ser auditado a qualquer momento. Essa tecnologia, além de reforçar a integridade das provas, também contribui para aumentar a transparência e a confiança no processo investigativo.

Ainda de acordo com Santos, Borges e Rodrigues (2021), a utilização de ferramentas adequadas, como softwares de clonagem de dados e plataformas de análise forense, é indispensável para a coleta segura de provas digitais. Essas ferramentas permitem que a evidência seja extraída sem causar danos ao dispositivo original, preservando sua integridade. Além disso, é fundamental que os profissionais responsáveis pela coleta estejam devidamente capacitados para manusear essas ferramentas e aplicar os protocolos de forma correta e eficiente.

Neto e Dos Santos (2020) destacam que, no contexto do Inquérito Policial Militar, a observância rigorosa dos protocolos de coleta segura de provas digitais é ainda mais crítica, devido às possíveis implicações de um eventual comprometimento da integridade da prova. Os autores enfatizam que a coleta inadequada ou a ausência de procedimentos padronizados pode prejudicar não apenas a investigação, mas também a reputação da instituição militar, colocando em risco a credibilidade de seus processos.

De acordo com Pastore e Da Fonseca (2022), os desafios relacionados à coleta de provas

digitais podem ser minimizados com a implementação de padrões internacionais e o uso de tecnologias avançadas. Os autores sugerem que, além de adotar protocolos claros, é necessário promover a capacitação contínua dos agentes envolvidos, para que estejam preparados para lidar com as complexidades das provas digitais. Essa abordagem integrada contribui para aprimorar a qualidade das investigações e para fortalecer a justiça no contexto militar e civil.

Assim, os protocolos e procedimentos para a coleta segura de provas digitais representam uma combinação de rigor técnico, conhecimento jurídico e uso de tecnologias apropriadas. No âmbito do Inquérito Policial Militar, sua aplicação é essencial para assegurar que as evidências digitais sejam admissíveis e confiáveis, contribuindo para a eficácia e a transparência das investigações. Com o avanço tecnológico e a regulamentação detalhada, as práticas relacionadas à coleta de provas digitais têm se consolidado como um elemento indispensável para a justiça moderna.

FERRAMENTAS UTILIZADAS NA COLETA DAS PROVAS DIGITAIS

A utilização de ferramentas tecnológicas na coleta de provas digitais é um elemento indispensável para assegurar a integridade e autenticidade das informações obtidas em ambientes digitais. No contexto do Inquérito Policial Militar, essas ferramentas desempenham um papel crucial, considerando as particularidades das investigações e a necessidade de procedimentos rápidos e confiáveis. O avanço tecnológico tem proporcionado uma ampla gama de recursos para a coleta e análise de provas digitais, mas sua eficácia depende de sua aplicação correta e da capacitação dos profissionais que as utilizam.

De acordo com Da Silva Eleutério e Machado (2019), a computação forense é a base técnica para a coleta de provas digitais, utilizando softwares especializados para a extração e análise de dados armazenados em dispositivos eletrônicos. Esses softwares permitem identificar informações relevantes, como registros de comunicação, históricos de acesso e outros dados que possam ser úteis na investigação. Além disso, os autores destacam que a escolha da ferramenta deve ser feita com base no tipo de dispositivo e na natureza da prova digital, garantindo que o processo seja realizado sem causar danos aos dados originais.

Segundo Badaró (2021), a cadeia de custódia também está diretamente relacionada ao uso adequado de ferramentas tecnológicas. O autor aponta que a aplicação de tecnologias avançadas na coleta de provas digitais não só assegura sua integridade, mas também permite rastrear todas

as etapas do processo. Ferramentas como softwares de clonagem de discos e sistemas de captura de dados em rede são fundamentais para garantir que as informações coletadas sejam preservadas em sua forma original, possibilitando sua validação durante o julgamento.

Albino (2023) destaca o papel crescente da inteligência artificial (IA) como ferramenta no processo de coleta e análise de provas digitais. De acordo com o autor, algoritmos avançados podem ser utilizados para identificar padrões, classificar informações e até mesmo prever comportamentos com base nos dados coletados. A aplicação de IA em investigações militares pode não apenas acelerar o processo, mas também fornecer insights mais precisos, contribuindo para a resolução de casos complexos de forma mais eficiente.

Ainda segundo Da Silva Eleutério e Machado (2019), ferramentas como EnCase, FTK (Forensic Toolkit) e Cellebrite são amplamente reconhecidas por sua eficácia na coleta e análise de provas digitais. Essas ferramentas permitem a criação de imagens forenses de dispositivos, garantindo que as informações sejam copiadas de maneira segura e possam ser analisadas sem alterar os dados originais. Os autores reforçam que, além de escolher as ferramentas corretas, é essencial seguir protocolos padronizados para que os resultados obtidos sejam confiáveis.

Badaró (2021) ressalta a importância de documentar o uso de ferramentas tecnológicas durante a coleta de provas digitais. Segundo ele, o registro detalhado de como os dados foram obtidos, incluindo a descrição das ferramentas utilizadas, é essencial para assegurar a admissibilidade das provas no processo judicial. O autor também destaca que a falta de transparência nesse aspecto pode levar ao questionamento da validade das evidências, prejudicando o andamento da investigação.

Albino (2023) sugere que a integração de diferentes tecnologias, como IA e blockchain, pode representar um avanço significativo na coleta de provas digitais. Ele aponta que a combinação dessas ferramentas pode aumentar a segurança e a confiabilidade do processo, além de facilitar a análise de grandes volumes de dados. No contexto militar, essa abordagem integrada é particularmente relevante, dada a complexidade e a sensibilidade das investigações nesse ambiente.

Destaca-se que o uso de ferramentas tecnológicas na coleta de provas digitais não é apenas uma necessidade técnica, mas também um elemento estratégico para garantir a eficácia das investigações no âmbito do Inquérito Policial Militar. A escolha correta das ferramentas, aliada à capacitação dos profissionais e à observância de protocolos rigorosos, assegura que as provas sejam obtidas de forma segura e confiável, contribuindo para a justiça e a transparência no

contexto castrense.

A PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE DAS PROVAS DIGITAIS

A preservação da integridade e autenticidade das provas digitais é um dos principais desafios no âmbito das investigações modernas, especialmente no contexto do Inquérito Policial Militar, onde a confiabilidade das evidências é crucial para a condução de processos justos e transparentes. Essas provas, por sua natureza digital, estão sujeitas a alterações e manipulações, o que exige o cumprimento de rigorosos procedimentos técnicos e jurídicos para garantir sua validade. O respeito a esses princípios é essencial para que as provas digitais sejam admissíveis e desempenhem seu papel como elementos fundamentais na busca pela verdade.

De acordo com De Siqueira Pastore (2021), a integridade das provas digitais refere-se à sua manutenção sem alterações desde o momento da coleta até sua apresentação em juízo. Ele enfatiza que qualquer modificação, mesmo que não intencional, pode comprometer a confiabilidade da prova e torná-la inadmissível no processo judicial. A aplicação de técnicas forenses apropriadas, como a clonagem de discos rígidos e o uso de algoritmos de hash para gerar assinaturas digitais, é indispensável para assegurar que a prova digital permaneça inalterada durante todo o processo investigativo.

Segundo Vaz (2023), a preservação da cadeia de custódia é outro aspecto fundamental para garantir a autenticidade das provas digitais. Ela destaca que cada interação com a evidência deve ser documentada de forma detalhada, indicando quem teve acesso, quando e sob quais condições. Essa documentação, além de assegurar a rastreabilidade da prova, também protege contra alegações de manipulação ou adulteração. No contexto militar, onde a hierarquia e a disciplina são valores fundamentais, o cumprimento rigoroso da cadeia de custódia reforça a credibilidade das investigações e a legitimidade das decisões tomadas com base nas provas.

De Lima (2023) aborda a importância das ferramentas tecnológicas na preservação da integridade e autenticidade das provas digitais, ressaltando que, além de facilitar a coleta, essas ferramentas contribuem para o armazenamento seguro e a análise confiável das evidências. Segundo a autora, o uso de sistemas de criptografia e registros em blockchain são exemplos de tecnologias que podem ser utilizadas para assegurar que as provas digitais permaneçam inalteradas. Essas soluções, quando bem implementadas, oferecem um nível elevado de segurança, sendo essenciais para investigações que envolvem dados sensíveis e complexos.

Ainda de acordo com De Siqueira Pastore (2021), a autenticidade das provas digitais também está vinculada à sua origem. Ele explica que, para que uma prova seja considerada autêntica, é necessário comprovar sua origem e demonstrar que foi obtida de forma lícita. No caso do Inquérito Policial Militar, essa exigência é ainda mais rigorosa, considerando que as investigações podem envolver informações de alta relevância para a segurança institucional e nacional. A implementação de procedimentos claros para identificar e registrar a origem das provas digitais é, portanto, indispensável.

Vaz (2023) ressalta que a preservação da integridade e autenticidade das provas digitais não é apenas uma exigência técnica, mas também um pressuposto jurídico para sua admissibilidade. Ela argumenta que a ausência de mecanismos que garantam esses princípios pode levar à nulidade das provas e comprometer o resultado das investigações. No contexto militar, onde as consequências das decisões judiciais podem impactar significativamente a vida dos envolvidos, a preservação adequada das provas digitais é essencial para assegurar a justiça e a equidade no processo.

De Lima (2023) sugere que, além do uso de tecnologias avançadas, é necessário investir na capacitação contínua dos profissionais envolvidos na coleta e preservação de provas digitais. Segundo ela, o domínio das ferramentas e dos procedimentos técnicos é essencial para garantir que as evidências sejam tratadas de forma correta e eficiente. A autora também destaca a importância de políticas institucionais que promovam o desenvolvimento de competências específicas para lidar com as peculiaridades das provas digitais no ambiente militar e civil.

A preservação da integridade e autenticidade das provas digitais é, portanto, uma prática indispensável para garantir a credibilidade e a eficácia das investigações. No âmbito do Inquérito Policial Militar, o cumprimento rigoroso dos procedimentos técnicos e jurídicos assegura que as provas digitais possam ser utilizadas de maneira confiável, contribuindo para a transparência e a justiça no processo. O avanço tecnológico, aliado a práticas bem definidas e profissionais qualificados, é essencial para enfrentar os desafios desse cenário e garantir a confiança no sistema de justiça.

SITE VERIFACT

O Site Verifact desempenha um papel crucial no cenário das investigações digitais, oferecendo uma solução tecnológica avançada para a validação e preservação de provas digitais.

No contexto do Inquérito Policial Militar, onde a autenticidade e integridade das evidências são determinantes, essa ferramenta proporciona meios eficazes para a verificação de informações. A plataforma é projetada para registrar e documentar dados digitais de forma segura, assegurando que sejam mantidos em sua forma original e estejam disponíveis para análises posteriores, com garantia de sua confiabilidade.

De acordo com Lobo (2022), o Site Verifact é especialmente útil em situações que exigem a coleta de dados diretamente da internet, como publicações em redes sociais, conteúdos de sites e outras interações digitais. A ferramenta utiliza tecnologias que garantem a preservação do conteúdo coletado, como a criação de hashes criptográficos e o registro de metadados. Essas medidas asseguram que as informações coletadas possam ser apresentadas como prova válida, mesmo em cenários de contestação judicial. Além disso, Lobo destaca que o uso dessa tecnologia padroniza o processo de coleta, reduzindo o risco de erros humanos.

Segundo Lima (2022), o Site Verifact não apenas preserva a integridade das provas digitais, mas também contribui para a transparência no processo investigativo. A autora aponta que o registro detalhado de todas as etapas de coleta e análise é fundamental para garantir que as provas sejam admissíveis em juízo. Essa documentação inclui informações como o local, data e hora da coleta, bem como os métodos utilizados. No contexto militar, essa rastreabilidade é ainda mais relevante, dado o impacto potencial das provas digitais na hierarquia e disciplina.

Fen et al. (2024) abordam a aplicabilidade do Site Verifact em casos de violações de direitos, como o uso indevido de marcas e trade dress. Segundo os autores, a plataforma permite documentar provas de forma que sua autenticidade seja comprovada, mesmo em situações de litígios complexos. Embora seu uso seja destacado no âmbito comercial, sua aplicação no Inquérito Policial Militar é igualmente valiosa, permitindo a coleta de evidências em casos de infrações administrativas ou penais envolvendo militares, com total garantia de integridade.

Ainda de acordo com Lobo (2022), o diferencial do Site Verifact reside em sua capacidade de integrar diferentes funcionalidades em uma única plataforma, incluindo captura de telas, gravação de vídeos e geração de relatórios automatizados. Essas funcionalidades tornam a coleta e análise de provas digitais mais acessíveis e eficientes, reduzindo o tempo necessário para realizar essas etapas. No contexto militar, onde a agilidade pode ser determinante, essa característica torna a ferramenta ainda mais relevante.

Lima (2022) ressalta que, embora o Site Verifact seja uma ferramenta poderosa, seu uso requer capacitação adequada dos profissionais envolvidos. A autora argumenta que a falta de

treinamento pode comprometer a eficácia da plataforma, levando à coleta inadequada de dados ou à sua manipulação inadvertida. Ela enfatiza que, no contexto do Inquérito Policial Militar, é essencial que os agentes sejam devidamente treinados para utilizar a tecnologia de forma ética e eficaz, garantindo a validade das provas obtidas.

Fen et al. (2024) também apontam que o Site Verifact pode ser integrado a outros sistemas de análise de dados digitais, ampliando sua funcionalidade. Os autores sugerem que essa integração permite uma visão mais ampla e detalhada das evidências, possibilitando análises mais precisas e decisões bem fundamentadas. No ambiente militar, essa capacidade de integração é especialmente valiosa, pois permite que diferentes fontes de dados sejam combinadas para formar um panorama completo das situações investigadas.

O Site Verifact, portanto, emerge como uma ferramenta indispensável no campo das investigações digitais, contribuindo significativamente para a coleta, preservação e validação de provas. Sua utilização no contexto do Inquérito Policial Militar potencializa a eficácia das investigações, assegurando que as evidências digitais sejam tratadas com o rigor técnico e a confiabilidade necessários. A combinação de tecnologia avançada, capacitação profissional e aplicação de boas práticas torna o Site Verifact um aliado fundamental na busca por justiça no ambiente digital e militar.

CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA

A cadeia de custódia da prova é um dos pilares fundamentais no tratamento de evidências, especialmente no âmbito digital, onde a integridade e a autenticidade dos dados são constantemente desafiadas. No contexto do Inquérito Policial Militar, sua aplicação é ainda mais crítica devido à natureza sensível das investigações e às implicações disciplinares e penais que podem afetar a estrutura hierárquica e a confiança na instituição. Trata-se de um conjunto de procedimentos e registros que asseguram o rastreamento completo das provas desde sua coleta até sua apresentação em juízo, garantindo que sejam preservadas de maneira íntegra e confiável.

De acordo com Badaró (2023), a cadeia de custódia é essencial para que as provas digitais sejam admitidas como válidas no processo judicial. Ele destaca que a rastreabilidade das evidências permite comprovar que a prova não sofreu qualquer tipo de adulteração ou manipulação ao longo do processo. Essa rastreabilidade é documentada em cada etapa, desde a apreensão até o armazenamento e análise, o que é fundamental para reforçar a credibilidade do

trabalho investigativo e evitar questionamentos sobre a integridade das provas.

A Lei nº 13.964/2019 inseriu os artigos 158-A a 158-F no Código de Processo Penal, estabelecendo todas as fases da cadeia de custódia, compreendendo o reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento e descarte da prova. Embora o Código de Processo Penal Militar ainda não possua disciplina específica semelhante, tais procedimentos vêm sendo adotados subsidiariamente pela doutrina e jurisprudência.

Segundo Sydow (2022), no contexto do direito penal informático, a cadeia de custódia ganha ainda mais relevância devido à natureza volátil e facilmente alterável das provas digitais. Ele explica que as evidências digitais, como arquivos, logs de sistema e mensagens eletrônicas, podem ser modificadas ou perdidas com facilidade caso não sejam manejadas de acordo com protocolos rigorosos. Para o autor, a implementação de normas específicas para a cadeia de custódia é indispensável para que os dados coletados sejam considerados confiáveis e admissíveis em processos judiciais.

Nucci (2014) reforça a importância da cadeia de custódia no âmbito do Código Penal Militar, ressaltando que sua observância é crucial para a legitimidade das provas e para o devido processo legal. Ele argumenta que, no ambiente militar, a cadeia de custódia não apenas assegura a integridade das evidências, mas também protege os direitos dos acusados e a credibilidade das instituições. O autor enfatiza que a ausência ou falhas na cadeia de custódia podem levar à nulidade das provas, comprometendo todo o processo investigativo.

Ainda de acordo com Badaró (2023), a cadeia de custódia não se limita à preservação física das evidências, mas também envolve aspectos técnicos e jurídicos que asseguram sua integridade. Ele aponta que o uso de ferramentas tecnológicas, como sistemas de criptografia e registros em blockchain, pode fortalecer o processo de rastreamento e garantir que as provas digitais sejam protegidas contra adulterações. Além disso, o autor destaca a necessidade de capacitação dos agentes responsáveis, para que compreendam a complexidade das provas digitais e saibam como manejá-las adequadamente.

Sydow (2022) argumenta que a cadeia de custódia desempenha um papel educativo ao estabelecer padrões claros de atuação para os agentes envolvidos na investigação. Segundo ele, esses padrões ajudam a minimizar erros humanos e garantem que todos os procedimentos sejam realizados de maneira uniforme e transparente. No contexto do Inquérito Policial Militar, essa padronização é especialmente relevante, pois promove a uniformidade nas investigações e

assegura que todas as provas sejam tratadas com o mesmo rigor técnico e ético.

Nucci (2014) também destaca que a cadeia de custódia é um instrumento de proteção para ambas as partes envolvidas no processo judicial. Ele explica que, ao documentar detalhadamente cada etapa do manuseio da prova, a cadeia de custódia oferece uma garantia contra possíveis alegações de manipulação ou má-fé. No ambiente militar, onde a disciplina e a hierarquia podem gerar tensões adicionais, a aplicação rigorosa da cadeia de custódia contribui para a imparcialidade e a transparência do processo.

Badaró (2023) sugere que, para que a cadeia de custódia seja efetiva, é necessário um equilíbrio entre o uso de tecnologias avançadas e o cumprimento de normas processuais bem definidas. Ele observa que a simples aplicação de ferramentas tecnológicas não é suficiente se os procedimentos legais não forem seguidos com rigor. Assim, a integração entre aspectos técnicos e jurídicos é indispensável para assegurar a validade das provas e o sucesso das investigações.

Sydow (2022) alerta que a ausência de uma cadeia de custódia bem estruturada pode comprometer não apenas o resultado do processo, mas também a reputação das instituições envolvidas. Ele defende que a implementação de protocolos claros e a adoção de tecnologias que garantam a integridade das provas são investimentos indispensáveis para a credibilidade das investigações. No contexto militar, esses aspectos são ainda mais relevantes, considerando as implicações de uma investigação falha para a organização e seus membros.

Em síntese, pode-se dizer que a cadeia de custódia da prova se apresenta como um elemento indispensável para a garantia da justiça e da transparência no âmbito do Inquérito Policial Militar. Sua observância rigorosa assegura que as evidências coletadas sejam tratadas com a integridade e a confiabilidade necessárias, contribuindo para a eficácia das investigações e para a manutenção da confiança nas instituições. A combinação de tecnologias avançadas, protocolos claros e capacitação profissional é essencial para enfrentar os desafios impostos pela complexidade das provas digitais e para assegurar que a verdade prevaleça nos processos judiciais e disciplinares.

CONCLUSÃO

Em conclusão, a coleta e a preservação de provas digitais no Inquérito Policial Militar representam um desafio que exige a integração de tecnologia, conhecimento técnico e rigor jurídico. A volatilidade e a fragilidade das provas digitais demandam protocolos bem definidos

e ferramentas especializadas, assegurando que os dados coletados sejam tratados de forma segura e confiável. No contexto militar, onde as investigações possuem implicações diretas sobre a hierarquia, a disciplina e a segurança institucional, a importância de métodos eficientes e éticos se torna ainda mais evidente.

A integridade das provas digitais depende de práticas que garantam sua autenticidade e preservação ao longo de todo o processo investigativo. Isso inclui a observância rigorosa da cadeia de custódia, a aplicação de tecnologias avançadas e a capacitação dos profissionais envolvidos. Essas práticas não apenas asseguram que as evidências sejam admissíveis em juízo, mas também protegem os direitos das partes envolvidas e reforçam a legitimidade do sistema de justiça militar. A ausência de tais medidas pode comprometer a validade das provas, prejudicar as investigações e minar a confiança nas instituições.

As ferramentas tecnológicas desempenham um papel fundamental na coleta e preservação das provas digitais, oferecendo recursos para captura, análise e armazenamento seguro dos dados. No entanto, o sucesso dessas ferramentas depende de sua utilização correta e alinhada aos protocolos legais. A integração de soluções como blockchain, inteligência artificial e plataformas como o Site Verifact demonstram como a inovação tecnológica pode fortalecer as investigações, desde que acompanhada de treinamento adequado e de uma compreensão clara de seus limites e possibilidades.

O avanço da legislação, como os dispositivos introduzidos pela Lei 13.964/2019, trouxe um marco regulatório que orienta a coleta e preservação de provas digitais no Brasil, mas ainda há desafios a serem enfrentados. No âmbito militar, a implementação desses padrões requer uma adaptação que considere as particularidades das investigações castrenses. A constante atualização dos agentes e a promoção de uma cultura de boas práticas investigativas são indispensáveis para acompanhar as mudanças tecnológicas e garantir a eficácia das apurações.

Além dos aspectos técnicos, a coleta e preservação de provas digitais envolvem uma dimensão ética e jurídica que não pode ser negligenciada. O respeito aos direitos fundamentais, à privacidade e à transparência é essencial para que as provas digitais sejam tratadas de maneira justa e compatível com os princípios do devido processo legal. No ambiente militar, essa abordagem é ainda mais relevante, considerando o impacto que decisões baseadas em provas digitais podem ter sobre a vida e a carreira dos envolvidos.

Por fim, a coleta e preservação de provas digitais no Inquérito Policial Militar representam um campo que combina inovação e responsabilidade, exigindo um esforço conjunto de

profissionais, instituições e sociedade. Ao adotar práticas rigorosas, tecnologias avançadas e uma abordagem ética, é possível assegurar que as investigações sejam conduzidas de forma justa e eficiente, contribuindo para a transparência e a justiça no sistema militar e fortalecendo a confiança pública nas instituições que o integram.

Como perspectivas futuras, destaca-se a necessidade de aperfeiçoamento da legislação militar relacionada às provas digitais, bem como o investimento contínuo na capacitação dos encarregados de Inquéritos Policiais Militares e dos peritos oficiais. Além disso, a incorporação de tecnologias emergentes deverá ser acompanhada pelo desenvolvimento de protocolos cada vez mais seguros, capazes de preservar a confiabilidade das evidências e fortalecer a efetividade da justiça militar.

REFERÊNCIAS

ALBINO, João Pedro. **Inteligência Artificial Utilizada Para Garantia De Direitos**. Publicações, 2023.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Os standards metodológicos de produção na prova digital e a importância da cadeia de custódia**. Boletim IBCCRIM, v. 29, n. 343, p. 79, 2021.

BADARÓ, Gustavo. **A cadeia de custódia da prova digital**. Direito probatório. Londrina: Thoth, p. 175-188, 2023.

DA SILVA ELEUTÉRIO, Pedro Monteiro; MACHADO, Marcio Pereira. **Desvendando a computação forense**. Novatec Editora, 2019.

DE LIMA, Ana Cláudia Pires Ferreira. **Ferramentas De Provas Digitais Para Garantia De Direitos Fundamentais**. In: Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra. 2023.

DE SIQUEIRA PASTORE, Guilherme. **Considerações sobre a autenticidade e a integridade da prova digital**. 2021.

EILBERG, Daniela. **Fluxo De Dados, Prova E Processo Penal**. Comissão Editorial, p. 29. 2021.

FEN, YING HSIAO et al. O Registro E A Prova Pericial Nas Ações Em Decorrencia Do Uso Indevido Da Marca E Trade Dress. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais-IURJ**, v. 5, n. 1, 2024.

LIMA, Fernanda Silva De. **Tratamento Da Prova Digital E A Garantia Da Autenticidade À Luz Do Direito E Da Tecnologia**. 2022.

LOBO, Daniel Azevedo. **Instrução de Serviço SPPEA nº 10, de 22 de fevereiro de 2022**.

2022.

MARTINS, Marcelo Guerra; DE ALCÂNTARA, Eduardo Sorrentino; GALLINARO, Fábio. Virtualização do inquérito policial e eficiência: típico reflexo da era informacional. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 18, n. 2, p. 549-571, 2018.

NETO, Mário Furlaneto; DOS SANTOS, José Eduardo Lourenço. Apontamentos sobre a cadeia de custódia da prova digital no Brasil. **Revista Em Tempo**, v. 20, n. 1, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Militar Comentado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PASTORE, Alexandro Mariano; DA FONSECA, Manoel Augusto Cardoso. **Cadeia de Custódia de Provas Digitais nos Processos do Direito Administrativo Sancionador com a adoção da tecnologia Blockchain**. Cadernos Técnicos da CGU, v. 3, 2022.

SANTOS, Adriano José Sousa; BORGES, André Felipe Miranda; RODRIGUES, Gustavo Luís Mendes Tupinambá. A Cadeia De Custódia Na Coleta Da Prova Digital De Acordo Com A Lei 13.964/2019, Dos Seus Artigos 158-A Ao 158-F. **Recima21-Revista Científica Multidisciplinar**-ISSN 2675-6218, v. 2, n. 8, p. e28612-e28612, 2021.

SYDOW, Spencer Toth. **Curso de direito penal informático**. Salvador: Editora JusPodivm, 2022.

TEIXEIRA, Inês da Silva. **A inconstitucionalidade da Lei dos Metadados: será a alteração à constituição uma hipótese viável?** 2024. Tese de Doutorado.

VAZ, Millena Ferreira. A Preservação Da Cadeia De Custódia Como Pressuposto De Admissibilidade Da Prova Digital. **Revista da ESMESC**, v. 30, n. 36, p. 323-350, 2023.